

RBESTRevista Brasileira de
Economia Social e do Trabalho**BJSLE**Brazilian Journal of
Social and Labour Economics<https://doi.org/10.20396/rbest.v4i00.16534>

DOSSIÊ

Como o Estado fortalece ou destrói políticas públicas?

Comparando os governos Joe Biden e Jair Bolsonaro

*Carlos Eduardo Santos Pinho****Resumo**

No cenário de crise da democracia liberal, o propósito do artigo é analisar comparativamente a política embrionária de planejamento estatal do governo Joe Biden (EUA) e o projeto deliberado de destruição de políticas públicas sob o governo de Jair Bolsonaro. Para alicerçar nosso argumento foi mobilizada a literatura e foi realizada coleta de evidências em jornais e relatórios. Ainda que em fase de negociação com o Congresso, Biden vem promovendo um plano trilionário de investimentos em infraestrutura atrelado à redefinição da matriz produtiva, com sustentabilidade socioambiental e taxaço dos mais ricos para o financiamento do Estado de bem-estar social. Por outro lado, desprovido de qualquer visão de planejamento estratégico de longo prazo, Bolsonaro se vale de uma lógica imediatista e de um ativo intervencionismo estatal para destruir legados institucionais de políticas públicas em diversas áreas, promove completa militarização da máquina pública federal e ataca as instituições do Estado Democrático de Direito. Sem mecanismos efetivos de controle e transparência, Bolsonaro entregou o orçamento do governo federal nas mãos de um bloco de parlamentares fisiológicos (o chamado "Centrão") em troca de apoio político. O resultado parece ser a gradual deterioração das políticas sociais universais no Brasil.

Palavras-chave: Democracia; Neoliberalismo; Estado de bem-estar social.**JEL:** H11, H50, I31.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0657-8906>E-mail: cpinho19@unisinos.br

How does the State strengthen or destroy public policies? Comparing the Joe Biden and Jair Bolsonaro administrations

Abstract

In the scenario of the crisis of liberal democracy, the purpose of this article is to comparatively analyze the embryonic policy of state planning of the Joe Biden government (USA) and the deliberate project of destruction of public policies under the government of Jair Bolsonaro. To support our argument the literature was mobilized and evidence was collected from newspapers and reports. Biden has been negotiating with Congress to promote a trillion-dollar plan of investments in infrastructure linked to the redefinition of the production matrix, with socio-environmental sustainability and taxation of the richest to finance the Welfare State. On the other hand, lacking any vision of long-term strategic planning, Bolsonaro uses an immediate logic and active state interventionism to destroy institutional legacies of public policies in several areas, promotes the complete militarization of the federal public machine, and attacks the institutions of the Democratic State of Law. Without effective mechanisms of control and transparency, Bolsonaro has delivered the federal government's budget into the hands of a block of physiological parliamentarians (the so-called "Centrão") in exchange for political support. The result seems to be the gradual deterioration of universal social policies in Brazil.

Keywords: Democracy; Neoliberalism; Welfare State.

¿Cómo el Estado refuerza o destruye las políticas públicas? Comparando los gobiernos de Joe Biden y Jair Bolsonaro

Resumen

Con el telón de fondo de la crisis de la democracia liberal, el propósito de este artículo es analizar comparativamente la embrionaria política de planificación estatal del gobierno de Joe Biden (EE.UU.) y el proyecto deliberado de destrucción de políticas públicas del gobierno de Jair Bolsonaro. Para apoyar nuestro argumento se movilizó la literatura y se recogieron pruebas de los periódicos e informes. Biden ha estado negociando con el Congreso para promover un plan trillonario de inversiones en infraestructura vinculado a la redefinición de la matriz productiva, con sostenibilidad socio-ambiental e impuestos a los más ricos para financiar el Estado de bienestar. Por otro lado, desprovisto de cualquier visión de planificación estratégica a largo plazo, Bolsonaro utiliza una lógica de corto plazo y un intervencionismo estatal activo para destruir los legados institucionales de las políticas públicas en diversas áreas, promueve una completa militarización de la máquina pública federal y ataca las instituciones del Estado de Derecho democrático. Sin mecanismos efectivos de control y transparencia, Bolsonaro ha entregado el presupuesto del gobierno federal en manos de un bloque de parlamentarios fisiológicos (el llamado "Centrão") a cambio de apoyo político. El resultado parece ser el deterioro gradual de las políticas sociales universales en Brasil.

Palabras clave: Democracia; Neoliberalismo; Estado de bienestar.

Comment l'État renforce-t-il ou détruit-il les politiques publiques? Comparaison des gouvernements de Joe Biden et de Jair Bolsonaro

Résumé

Dans le contexte de la crise de la démocratie libérale, l'objectif de cet article est d'analyser de manière comparative la politique embryonnaire de planification de l'État du gouvernement de Joe Biden (États-Unis) et le projet délibéré de destruction des politiques publiques du gouvernement de Jair Bolsonaro. Pour étayer notre argumentation, nous avons mobilisé la littérature et recueilli des preuves dans les journaux et les rapports. Biden a négocié avec le Congrès pour promouvoir un plan de mille milliards de dollars d'investissements dans les infrastructures liés à la redéfinition de la matrice de production, avec une durabilité socio-environnementale et une taxation des plus riches pour financer l'État providence. D'autre part, dépourvu de toute vision de planification stratégique à long terme, Bolsonaro utilise une logique de court terme et un interventionnisme étatique actif pour détruire les héritages institutionnels des politiques publiques dans divers domaines, promeut une militarisation complète de la machine publique fédérale et attaque les institutions de l'État de droit démocratique. Sans mécanismes efficaces de contrôle et de transparence, Bolsonaro a remis le budget du gouvernement fédéral entre les mains d'un bloc de parlementaires physiologiques (le "Centrão") en échange d'un soutien politique. Le résultat semble être la détérioration progressive des politiques sociales universelles au Brésil.

Mots clés: Démocratie; Néolibéralisme; État providence.

Introdução

No cenário atual de crise democrática, de aumento da desigualdade global e de contestação do receituário neoliberal de enxugamento do Estado na promoção do investimento público, o objetivo deste artigo é analisar comparativamente a política embrionária baseada em planejamento estatal anunciada pelo governo Joe Biden (EUA) e o projeto deliberado de destruição de políticas públicas sob o governo de Jair Bolsonaro, focando em três dimensões. A primeira é o ataque aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a militarização da máquina pública federal e o aparelhamento das instituições democráticas (Polícia Federal, Procuradoria Geral da República). A segunda diz respeito à corrosão de direitos sociais e trabalhistas para desonerar o empresariado, pois, segundo Bolsonaro “é horrível ser patrão no Brasil”. A terceira dimensão é o controle do orçamento da União por um grande bloco de parlamentares pragmáticos e fisiológicos do Congresso Nacional (o chamado “Centrão”), sem mecanismos efetivos de controle democrático e transparência. O objetivo é livrar o Presidente do processo de *impeachment*, garantir a sua reeleição e protegê-lo, bem como a sua família.

Tais fatores mostram a ausência de uma visão de planejamento estratégico governamental de longo prazo, pois está assentada em uma postura privatista, imediatista e na realização de uma “austeridade fiscal seletiva”.¹ Trata-se de salientar as singularidades de duas visões de intervenção do Estado na economia e seus reflexos socioeconômicos. A literatura recentemente produzida nos campos da Ciência Política, da Economia e da Economia Política do Desenvolvimento foram mobilizadas, bem como realizada uma coleta de evidências em jornais e relatórios para fundamentar empiricamente os argumentos deste artigo.

Não se trata de sacralizar os EUA, que, de acordo com fartas evidências históricas, possuem uma tradição imperialista pautada na anexação territorial, extermínio de povos originários durante o seu processo de construção institucional e, mais recentemente, práticas de espionagem do governo Dilma Rousseff e da Petrobras, oriundas da Agência Nacional de Segurança, durante o governo democrata de Barack Obama. Como ocorreu nos anos 1980/1990, sob o primado do *Consenso de Washington*, os EUA, vinculado às instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), disseminaram enfaticamente para os países em desenvolvimento a retórica falaciosa de que reformas institucionais como a abertura econômica, a privatização do patrimônio público, a liberalização da conta de capital, a desregulamentação financeira e a flexibilização das relações de trabalho levariam inexoravelmente ao desenvolvimento.

¹ Este termo é de autoria de José Celso Pereira Cardoso Jr., que é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Como bem mostrou o economista Ha-Joon Chang (2004), os países ricos não adotaram tal agenda liberalizante ao longo de suas trajetórias de desenvolvimento e de construção institucional, “chutando a escada” dos países pobres. Contrariando a diretriz liberal de “autorregulação dos mercados” (Polanyi, 2000), o Plano Biden é prodigioso em termos orçamentários, restabelece o papel coordenador do Estado e o planejamento estratégico governamental de longo prazo para contemplar dimensões como infraestruturas energéticas inovadoras, políticas públicas, transição ecológica. Um dos objetivos consiste em competir no cenário global com o principal concorrente dos EUA, qual seja, a China (Azevedo, 2022, pp. 93-94; Pinho, 2019).

Diferentemente das grandes potências industriais, o Brasil vem passando por gravíssimo quadro de reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização, com perda aguda de complexidade econômica, tecnológica, inovação, competitividade e sofisticação do tecido produtivo (Gala & Roncaglia, 2022). Aliado a isso há problemas graves como o retorno da fome, da extrema pobreza, o desemprego, a informalidade e a precarização do mercado laboral. A ênfase no modelo do agronegócio vincula-se à destruição da Amazônia, aumento do desmatamento, extração irregular de madeira, mineração e garimpo em terras indígenas, assassinato de lideranças ambientalistas. A nomeação de Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente, seguindo fielmente a lógica do “deixa a boiada passar”, ensejou cortes no orçamento, a flexibilização e a desregulação das políticas de proteção ambiental, com o desmonte de órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Este artigo procura avançar na literatura ao investigar comparativamente a construção de coalizões políticas, seja para planejar estrategicamente políticas públicas para catapultar o desenvolvimento doméstico e a projeção global, seja para implodir legados institucionais de políticas públicas. No cenário de hegemonia do modelo de acumulação financeirizado, esta reflexão está amalgamada às dimensões da economia política do desenvolvimento e da crise da democracia parlamentar.

Após esta breve introdução, a seção 1 faz um mapeamento do estado da arte da literatura, que critica os pressupostos da “ortodoxia convencional” (Bresser-Pereira, 2007) e reafirma a soberania do Estado para emitir moeda e alavancar o investimento público em contextos de crise, como foi a de 2008 e a da Covid-19. Além disso, faz uma contextualização da economia política da grande recessão brasileira (2014-2016), dos impactos do ajuste fiscal de 2015 e contrasta as abordagens ortodoxa e heterodoxa de política econômica. A partir de uma comparação com a crise de 1929, que exigiu o intervencionismo estatal para erigir o acordo social-democrata do *New Deal*, a seção 2 examina a singularidade do Plano Biden tanto

do ponto de vista doméstico como da competitividade global com a China. Trata-se de uma estratégia robusta de investimentos públicos em infraestrutura, reconfiguração da matriz energética e promoção de políticas públicas de proteção social para setores excluídos (negros, mulheres, imigrantes), em contraposição ao neoliberalismo reacionário e excludente de Donald Trump (Fraser, 2020). A seção 3 analisa o experimento bolsonarista de destruição de políticas públicas a partir da relação entre degeneração das instituições democráticas, políticas de austeridade, restrição de direitos sociais e apropriação de uma parcela do orçamento do Estado brasileiro pelo “Centrão” (base parlamentar e fisiológica composta por partidos que dão suporte ao governo Bolsonaro). Por meio deste acordo promíscuo, que obedece a uma lógica de curto prazo, utilitária e eleitoreira, o presidente salva-se do processo de *impeachment*. Ele e sua família são blindados contra os diversos crimes cometidos durante a gestão da pandemia. Tendo em vista que o processo de desmonte de políticas públicas é amplo e sem precedentes, esta seção não tem a pretensão de conduzir uma investigação exaustiva dessas políticas setoriais. Assim, são privilegiadas algumas medidas e eventos que buscam destruir os fundamentos civilizatórios inscritos na Constituição Federal de 1988. Finalmente, a última seção traz as considerações finais.

1. Da contestação à convenção ortodoxa do Estado como indutor do investimento público: um mapeamento do “estado da arte” da literatura

5

À luz da literatura de Ciência Política, Economia e Economia Política do Desenvolvimento, esta seção mapeia o debate acadêmico recente sobre a importância do papel protagonista do Estado como instância dotada de soberania sobre a política monetária para alavancar o investimento público, em contraposição à resiliente convenção macroeconômica da austeridade. Esse debate vem sendo intensificado por conta dos drásticos efeitos da pandemia global da Covid-19 sobre o tecido produtivo, o emprego e a renda, o que demanda um estado orientado estrategicamente. Trata-se de uma tentativa de ruptura epistemológica com a retórica fiscalista voltada para a autorregulação dos mercados, a consagração dos direitos de propriedade, a livre iniciativa e o arrocho no orçamento público.

Na atual configuração do capitalismo global, a concentração da riqueza financeira no topo da pirâmide é cada vez mais evidente. De acordo com estudo recente da Oxfam intitulado *A desigualdade mata*, a riqueza dos 10 homens mais ricos dobrou, ao passo que a renda de 99% da humanidade foi agravada pela pandemia da Covid-19. O patrimônio dos 10 homens mais ricos do mundo supera o dos 3,1 bilhões de pessoas mais pobres. Desde 1995, o 1% mais rico acumulou quase 20 vezes mais riqueza global do que os 50% mais pobres da humanidade. O FMI tem argumentado que as reformas pró-mercado dos anos 1980 e 1990 não geraram o alardeado crescimento econômico. As políticas de austeridade fiscal, a abertura

e a desregulamentação financeiras aumentaram as desigualdades, afetando a demanda e elevando o desemprego. A liberalização financeira ocorreu em meio a crises de ampla envergadura, ao passo que os países se renderam à autorregulação dos mercados e interromperam a regulação keynesiana do setor financeiro, bem como os instrumentos de controle do capital especulativo global. Nesse movimento de crítica ao neoliberalismo proveniente das instituições que o projetaram internacionalmente, o FMI defende que as políticas anticíclicas são capazes de retomar o crescimento econômico, reduzir a dívida pública e aumentar a arrecadação (Ostry, Loungani, & Furceri, 2016; Bastos & Belluzzo, 2019).

As políticas de austeridade amalgamadas à concentração da renda financeira mostram o valor real e abstrato do dinheiro para aqueles que o detêm em demasia. Por outro lado, evidenciam o aprisionamento do Estado à dinâmica da dívida pública que, por sua vez, inviabiliza a garantia adequada de direitos constitucionalizados (saúde, educação, assistência, habitação) e intensifica a situação de penúria de vasto contingente da população mundial. De acordo com Belluzzo e Galípolo (2021, p. 13), o conceito de abstração real diz respeito ao processo de conformação da construção da estrutura e dinâmica do capitalismo, ou seja, o seu objetivo precípuo é a acumulação de riqueza abstrata, monetária. A produção não é devotada à criação de prosperidade e conforto para os indivíduos, mas para acumulação de capital e maximização dos ganhos monetários das grandes corporações empresariais e financeiras que monopolizam o dinheiro e os meios de produção.

Nos termos dos autores, o dinheiro representa a “argamassa das relações” no capitalismo, garantindo o funcionamento do mercado, a circulação dos ativos, mercadorias, carimbando o valor da riqueza. As sucessivas crises econômicas mostram que os mercados financeiros abrigam o dinheiro como reserva de valor (Belluzzo & Galípolo, 2021, pp. 34-37). A estrutura da economia política é arquitetada para engendrar os mecanismos de acumulação do sistema financeiro e para o salvamento dos bancos em momentos de crise aguda do capitalismo, como foi o caso da crise financeira internacional de 2008. E os bancos centrais têm uma atuação central nesse processo.

O economista André Lara Resende – um dos criadores do Plano Real – vem promovendo uma profunda revisão crítica dos cânones da ortodoxia fiscalista. Ele afirma que tanto o Banco Central como o sistema bancário emitem moeda. Do ponto de vista legal, o Banco Central não pode emitir moeda para financiar o Tesouro, ainda que permitida para a expansão das reservas dos bancos, que, por sua vez, expandem a moeda e financiam o Tesouro. O sistema financeiro decide a taxa de juros para o financiamento da dívida e lucra expressivamente nessa dispensável intermediação que busca limitar os gastos do Estado. Uma vez que a expansão da dívida pública foi convertida no principal indicador de desequilíbrio das contas públicas, ao obrigar a emissão de dívida, o Banco Central fica proibido de financiar

diretamente o Tesouro. Isto reforça a histeria dos paladinos da austeridade, isto, é, a relação dívida vai explodir, não haverá como pagar a dívida e a economia será levada à bancarrota em razão da insolvência fiscal (Resende, 2020, 2022).

A prioridade da política econômica é viabilizar a salvação dos bancos em detrimento do investimento em políticas públicas. Assim, para salvaguardar o sistema financeiro, o Banco Central emite moeda e credita o dinheiro rapidamente nos bancos, sem que haja aumento de dívida pública e insatisfação na sociedade. Todavia, quando o gasto público está devotado à realização de investimentos em políticas públicas (saúde, educação, assistência, trabalho, previdência, habitação, meio ambiente, saneamento básico, infraestrutura) os signatários da austeridade exigem que não se emita moeda, mas dívida (Resende, 2022, p. 171).

O Banco Central poderia atuar como instrumento de financiamento do Tesouro, com reservas remuneradas à taxa básica de juros, portanto, sem a necessidade de emitir dívida, ao invés de o Tesouro ser obrigado a emitir dívida, que será vendida ao sistema bancário para financiar o Banco Central. Por ocasião da crise do *subprime* em 2008, a emissão de moeda foi reduzida abruptamente em virtude da deterioração das expectativas dos agentes econômicos, levando à intervenção do Banco Central, que exerceu o papel de emprestador ao emitir moeda e expandir a base monetária para socorrer o sistema financeiro (Resende, 2022, pp. 168-170).

Em artigos publicados na grande imprensa, a retórica de uma “austeridade fiscal expansionista” foi amplamente difundida pelas comunidades epistêmicas de economistas ortodoxos (Pinho, 2021), tendo em vista a profundidade da recessão econômica (2014-2016), seguida de taxas anêmicas de crescimento do PIB nos anos seguintes. Segundo os defensores dessa tese, o equilíbrio fiscal seria revitalizado pelas forças racionalizadoras de autorregulação do mercado, garantindo o bem-estar e o investimento empresarial. Cabe ao Estado, portanto, dar concretude à segurança jurídica e assegurar o respeito aos contratos (Belluzzo & Galípolo, 2021, p. 25).

O argumento de economistas ortodoxos em defesa da contração fiscal expansionista é que as taxas de juros são reduzidas quando os agentes financeiros aumentam a confiança na solvência do país. Por conseguinte, as decisões de consumo e investimento privados seriam alavancadas. As políticas de retração de gastos seriam compensadas pelo resultado benéfico da demanda privada, levando ao crescimento econômico (Alesina & Perotti, 1995; Paula & Jabbour, 2019). Ademais, defendem que ajustes fiscais pela ótica do corte de gastos são mais proveitosos para a atividade econômica do que o aumento de impostos (Alesina, Favero, & Giavazzi, 2012), o que beneficia mormente os mais ricos.

Essa instigante discussão leva-nos a tornar mais claras as diferenças entre as correntes ortodoxa e heterodoxa do pensamento da economia política. Em primeiro lugar, as universidades de viés neoclássico não estudam o pensamento heterodoxo, por mais que os heterodoxos estudem com maior profundidade e fundamentem os seus argumentos para rejeitar o arcabouço ortodoxo neoclássico. Este, a rigor, concebe o indivíduo como átomo de análise, alcançando o equilíbrio geral por meio do somatório dos indivíduos que conformam uma economia dotada de harmonia. Em perspectiva antagônica, a corrente heterodoxa salienta a complexidade das relações socioeconômicas, a disparidade entre nações e classes sociais, privilegiando a dinâmica contraditória e o caráter instável suscitado pelo ímpeto de acumulação do empresariado (Bastos & Belluzzo, 2019, pp. 433-434).

Ainda que a economia política neoclássica reconhecesse a existência de falhas de mercado, elas seriam inferiores às falhas da intervenção governamental, ensejando a investida neoliberal contra as instituições de regulação do capitalismo edificadas no pós-II Guerra Mundial e desconstruídas nos anos 1980. A alternativa para combater as crises do capitalismo seria cortar o gasto público, o que conduziria ao aumento do gasto privado pelos agentes econômicos (Bastos & Belluzzo, 2019, pp. 440-441).

A formação da mão de obra e a qualidade da estrutura institucional, que engloba a segurança jurídica para a materialização dos investimentos, são determinantes para a produtividade da economia, nos termos dos economistas da "ortodoxia convencional". Já os economistas keynesianos asseveram que, embora relevantes, tais fatores não são exclusivos. O crescimento da produção industrial, estimulado pela demanda, impacta na produtividade, já que as empresas são induzidas a incorporar máquinas e equipamentos, cujas condições são determinadas pela expectativa de aumento de suas vendas (Bresser-Pereira, 2005, 2007, 2009; Paula & Jabbour, 2019).

A abordagem heterodoxa inclui várias perspectivas de análise, como a regulacionista, neoschumpeteriana, marxista, pós-keynesiana, institucionalista, dentre outras. Elas se singularizam a partir da ênfase na rejeição ao reducionismo metodológico em proveito da pluralidade. A heterodoxia refuta o atomismo e o emprego de generalizações apriorísticas que partem de fatos e experiências singulares, como é o caso da crítica feita por Luiz Fernando de Paula e Elias Jabbour aos economistas liberais Marcos Lisboa e Samuel Pessoa, cujas ideias serão analisadas nos próximos parágrafos. Por fim, a heterodoxia rejeita o individualismo metodológico e o programa de pesquisa neoclássico, constituído por um arcabouço de proposições cujos princípios são a racionalidade econômica, concebida como a maximização do lucro e/ou satisfação, e o equilíbrio dos mercados como fundamento para operação do sistema capitalista (Oreiro & Gala, 2019; Paula & Jabbour, 2019).

No caso do Brasil pré-pandemia global, os economistas partidários da ideia da ausência de margem fiscal para o aumento de gastos públicos, com o propósito de reduzir a abissal desigualdade brasileira, que foi intensificada com a grave recessão (2014-2016), concordaram com as medidas vultosas de expansão de gastos do Estado para amparar os banqueiros, o setor produtivo e a população. Ora, se antes o Estado estava insolvente e quebrado, com a chegada da pandemia, a retórica fracassada da austeridade foi minimizada e suspensas as regras fiscais. É importante destacar que o ano de 2015 foi marcado pela imposição de um rigoroso programa de austeridade fiscal e aumento expressivo dos juros (Deccache, 2022, p. 179).

À época, Bastos e Belluzzo (2019, pp. 446-448) alertaram sobre a redução do preço das *commodities*, a operação Lava Jato e a possibilidade de racionamento de água e energia como razões do fracasso da guinada à austeridade fiscal, pois resultaria em recessão, queda da arrecadação fiscal e aumento do peso da dívida pública em relação ao PIB. Os autores criticam a afirmação feita, em 2015, pelo economista ortodoxo Samuel Pessôa que, na ocasião, comemorava a queda do salário real em 5%, salientando que a sua queda rápida e intensa reduziria os impactos do ajuste fiscal. Isto contraria o pensamento de Keynes, pois, tanto o corte do gasto público como a queda salarial e do nível de empregos prejudicariam os lucros e as vendas. Ainda que prevendo custos e salários menores, os empresários não investem sem demanda. Não conseguem lucrar caso não estimulem o gasto.

Após a consumação do golpe de 2016, tal receituário foi convertido em política de Estado, sobretudo a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, das reformas trabalhista e previdenciária. Os economistas neoliberais com ampla ressonância na grande mídia corporativa argumentavam que as medidas fiscais contracionistas eram a condição para controlar o *déficit* primário e a trajetória explosiva da dívida pública, o que revitalizaria a confiança do mercado financeiro internacional, o investimento privado e, por fim, o crescimento econômico (Deccache, 2022, p. 179).

Com o argumento de um possível retorno da hiperinflação, financistas e rentistas foram beneficiados com amplas garantias, ganhos em moeda forte, isenções tributárias, liberdade de movimentação de capitais, abertura de novos mercados e instrumentalização da política macroeconômica em prol dos seus interesses. A financeirização global exigiu da economia brasileira a estabilização monetária e profundos ajustes fiscais. Segundo dados de 2019, a taxa macroeconômica de financeirização saltou de 0,16 em 1994, para 0,24 em 2002 e 0,55 em 2014, estando atualmente em 0,65. O resultado foi a involução tecnológica, a reprimarização da pauta exportadora e a persistente queda da participação da indústria de transformação no PIB, que passou de 35% na década de 1980 para 11% em 2018 (Paulani, 2022, pp. 363-364).

A próxima seção analisa o experimento inovador de planejamento governamental do democrata Joe Biden, que abre janelas de oportunidades para a redução do poder do neoliberalismo, responsável pelo aumento da desigualdade nas últimas décadas nos EUA.

2. O Plano Biden é a ruptura com o “neoliberalismo reacionário”? Estado de bem-estar social, reconfiguração da matriz produtiva e investimento público

No quadro de recrudescimento da desigualdade global e de concentração da renda financeira nas mãos de uma plutocracia detentora do poder econômico e político, o debate acadêmico recente tem enfatizado a possibilidade de ruptura dos EUA com décadas de neoliberalismo. A vitória eleitoral do candidato do Partido Democrata, Joe Biden, criou uma expectativa de contestação de hegemonia do neoliberalismo. A recente iniciativa de retomada do planejamento governamental e do investimento público busca garantir a sinergia entre Estado e Mercado para incrementar inovações e aumentar a produtividade econômica (Roncaglia & Barbosa, 2021). Bem assim, remete às medidas implementadas para o enfrentamento da grave crise econômica que ocorreu no limiar do século XX, a qual será examinada a seguir.

A crise da bolsa de valores de 1929 e a crise de superprodução suscitou a bancarrota financeira, o aumento exponencial do endividamento dos agricultores e sua asfixia financeira por conta da queda dos preços. O governo de Franklin Delano Roosevelt, a partir do fortalecimento do papel indutor do Estado, enfrentou o cenário desastroso através de medidas intervencionistas como o *Class-Steagall Act*, o *Emergency Bank Bill* e o *New Deal* para reerguer o setor bancário e financeiro, determinando a separação entre bancos comerciais e de investimento (Belluzzo & Galípolo, 2021, p. 40).

O *New Deal* da década de 1930 ancorava-se no intervencionismo estatal para combater a recessão econômica e estimular os investimentos públicos, mas sem substituir o papel do setor privado, como foi notório na China e na ex-URSS. Destacam-se as seguintes iniciativas do plano de grande envergadura do governo Roosevelt: (1) construção de escolas, hospitais, barragens, pontes, usinas hidrelétricas, aeroportos, etc.; (2) instituição do salário-mínimo, seguro-desemprego e seguro-aposentadoria para maiores de 65 anos de idade; (3) intervenção governamental no controle de preços e da produção, bem como na superprodução industrial e agrícola; (4) combate à queda dos preços de *commodities* agrícolas (milho, trigo e algodão) através da queima de estoques (Azevedo, 2022, p. 102).

Além de pavimentar as bases do acordo social-democrata no pós-II Guerra Mundial, o *New Deal* constituiu um projeto de conscientização, por parte dos capitalistas, de que o *laissez-faire* ameaçava a sua sobrevivência, o que requeria uma profunda mudança nas relações entre a política e a economia. Uma aliança foi construída entre os capitalistas e o

movimento operário (sindicatos, comunistas, socialistas) nas décadas de 1930 e 1940, conformando a “social-democracia nacional keynesiana” (Fraser, 2020, p. 83) que viabilizaria um “compromisso de classe” capaz de incluir uma massa de imigrantes para usufruírem de uma vida de classe média, com casas simples nos subúrbios e acesso a automóveis. Os principais componentes dessa coalizão foram os intelectuais, os sindicatos das indústrias, as empresas manufatureiras, afro-americanos, imigrantes e a classe média urbana (Fraser, 2020, pp. 83-84). A experiência do *New Deal* nos EUA, somada às políticas social-democratas do pós-II Guerra Mundial na Europa, representaram iniciativas importantes do ponto de vista civilizatório, tornando o capitalismo razoavelmente civilizado no tocante às relações capital/trabalho e regulado em sua esfera financeira.

Nos termos de Belluzzo e Galípolo (2021), diante da prosperidade do capitalismo regulado da década de 1970, de cunho fordista e keynesiano, as economias políticas desfrutaram de ganhos de produtividade, crédito orientado para o investimento e o financiamento do gasto empresarial, crescimento dos salários e do poder de barganha dos trabalhadores junto aos capitalistas, diminuição das desigualdades e expansão dos direitos sociais. Ademais, destacam-se o crescimento da receita, do gasto público, o aumento da lucratividade das corporações e a proliferação de empresas de pequeno e médio porte. Em síntese, no cenário de êxito do capitalismo, o crescimento da renda superava a riqueza.

No entanto, na atual configuração de primazia do capitalismo financeiro globalizado, a aceleração tecnológica e o deslocamento espacial da indústria manufatureira fomentaram a estagnação da renda do trabalho, a precarização do emprego e o aprisionamento das famílias ao ciclo do endividamento. As camadas abastadas, situadas no topo da pirâmide de distribuição da renda e da riqueza, que atuam no papel de credores líquidos, incrementam seus portfólios mediante elevada valorização de ativos financeiros e imobiliários. Os aquinhoados se apropriam do “tempo livre” engendrado pelo desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que ocorre a desqualificação da massa de assalariados e o reforço do caráter polarizado da força de trabalho. Uma vez dependentes crônicos do endividamento, os “desqualificados” são sistematicamente ameaçados pelo desemprego, competindo de forma desesperada no mercado pela sobrevivência (Belluzzo & Galípolo, 2021, pp. 191-192).

A economia mundial sofreu duas fortes crises no século XXI, após a vigência da liberalização acentuada. A primeira foi a crise financeira global de 2008 (crise do *subprime*) desencadeada pela especulação imobiliária que aumentou expressivamente os valores dos imóveis. As instituições financeiras concederam volumosos empréstimos hipotecários podres, que não foram acompanhados de liquidez. O aumento do calote, a elevação da inflação e a diminuição do crédito levaram a uma situação de colapso econômico, gerando queda dos lucros e falência de empresas, retração da demanda e desemprego em massa (Stiglitz, 2010).

Os empréstimos haviam sido concedidos com poucas garantias, por isso a inadimplência gerou uma ampla restrição de crédito. A quebra do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, representou o ápice da crise. Como resposta, o governo de Barack Obama injetou mais de um trilhão de dólares para salvar o sistema financeiro e os bancos “grandes demais para falir”, instituindo nova regulação e refazendo a divisão entre o mercado bancário e o de capitais.

A segunda crise foi desencadeada pela pandemia global do coronavírus. O cenário de crise sanitária e econômica, que paralisou a oferta e a demanda, ampliou de forma robusta a intervenção do Estado, aprofundando o debate global sobre a necessidade urgente de reduzir a desigualdade e tributar os mais ricos (Piketty, 2020). Ainda que distintas, ambas as crises tiveram impactos na queima de capital, nas políticas anticíclicas de recuperação da economia e na supressão dos meios de produção (Azevedo, 2022, p. 104; Maringoni, 2022a, p. 21).

O pós-crise financeira de 2008 foi marcado pela convergência entre neoliberalismo e progressismo, conformando o “neoliberalismo progressista”² (Fraser, 2019), no entanto, não foi capaz de gerar ganhos materiais relevantes para o povo (imigrantes, negros, mulheres) que diz representar, mas beneficiou os níveis mais elevados das classes profissional-gereciais. Embora a ascensão de Barak Obama tenha criado a expectativa de mudança na política estadunidense, o fato é que o ex-mandatário despejou muitos dólares nos bancos “grandes demais para falir” e não socorreu os 10 milhões de cidadãos endividados que perderam suas casas na grande crise financeira do capitalismo desregulado. A recente crise nos EUA é política, cujo desdobramento foi a chegada de Donald Trump ao poder e de seu “neoliberalismo reacionário”, o fracasso do *Brexit* (Reino Unido), o enfraquecimento da União Europeia, a dissolução da social-democracia e da centro-direita e o êxito dos partidos racistas. A crise é ampla e multidimensional, pois envolve a metástase das finanças, desindustrialização, a disseminação do subemprego precário, baixos salários, depauperação das condições de vida, o aumento do endividamento das famílias, o crescimento das emissões de carbono, mudanças climáticas extremas, negacionismo climático, violência policial, diminuição da assistência social e aumento das jornadas de trabalho (Fraser, 2020).

As políticas públicas implementadas foram diferentes das promessas de campanha de Donald Trump, que implementou um neoliberalismo hiper-reacionário bem como uma política de reconhecimento hierárquica e excludente, sobretudo para as classes média e trabalhadora, mulheres, imigrantes e negros. O aprofundamento das divisões e ódios

² As similitudes entre “neoliberalismo progressista” e “neoliberalismo reacionário” são as seguintes: livre comércio, baixos impostos para grandes corporações, retração de direitos trabalhistas, ênfase nos direitos dos acionistas, desregulamentação financeira. O populismo progressista, no entanto, abarca políticas inclusivas: reconhecimento e distribuição de benefícios para classes trabalhadoras, reforma do sistema criminal, Medicare, justiça reprodutiva, ensino superior gratuito, direitos LGBTQIA+, e fragmentação dos grandes bancos (Fraser, 2019).

constituem obstáculos a uma aliança entre populistas progressistas e os estratos da classe trabalhadora. Foi criado um ambiente tóxico que alimenta generalizações entre progressistas, por um lado, e populistas reacionários, por outro lado (Fraser, 2020, pp. 53-59).

O fato é que as sementes do ódio já foram lançadas e estão germinando na democracia estadunidense, sobretudo com a ascensão de Donald Trump. Quando derrotado nas urnas pelo candidato democrata Joe Biden, não acatou o resultado do pleito, alegando fraude, e mobilizou o seu eleitorado fanático para atacar o capitólio e viabilizar um golpe para permanecer no poder.

A crise hegemônica do neoliberalismo em curso engloba um amplo espectro de crises – ecológica, econômica e social. A forma atual do capitalismo globalizante, neoliberal e financeirizado, constitui uma ordem social institucionalizada. Trata-se de uma forma de organização social predatória e instável que libera a acumulação capitalista de restrições políticas, sociais, ecológicas e morais. Nesse contexto, as tarefas da esquerda são retomar o planejamento estatal, desfinanceirizar a economia, descarbonizar a produção e destinar renda às classes laboriosas. Para a esquerda estadunidense retomar a classe trabalhadora como força dirigente no bojo de um novo bloco contra-hegemônico, é fundamental pensá-la do ponto de vista interseccional e, portanto, não limitada a uma maioria étnica de homens brancos heterossexuais, trabalhadores da indústria manufatureira e mineração. Deve abarcar as ocupações remuneradas e não remuneradas de negros, mulheres, imigrantes (Fraser, 2020). As evidências sugerem que esta parece ser a perspectiva adotada no processo de implementação do Plano Biden, que será esmiuçado nos próximos parágrafos.

A partir de um ativo intervencionismo estatal, o Plano Biden constitui uma iniciativa robusta para alavancar a economia por meio do investimento público e combater os efeitos da pandemia, totalizando US\$ 4,15 trilhões de investimentos, o que equivale atualmente a 20% do PIB anual dos EUA. Trata-se da mais profunda mudança institucional desde a implementação do *New Deal*, uma vez que o governo sinaliza romper com a tradição de reformas pró-mercado, prevalecente desde o governo de Ronald Reagan (1981-1989), que aumentou a desigualdade e os privilégios tributários concedidos aos mais ricos (Maringoni, 2022b, p. 52).

O cientista político Larry Bartels (2008) ressalta que, do ponto de vista econômico, os estadunidenses se tornaram muito mais ricos e desiguais durante a segunda metade do século XX. O 0.1% mais ricos da população mais do que triplicou a sua participação na renda: de 3.2% no final de 1950 para 10.9% em 2005. A fração do 1% mais rico mais do que dobrou ao longo do mesmo período, de 10.2% para 21.8%. Esses dados, no entanto, contrastam com os do período entre o fim da II Guerra Mundial e o limiar da década de 1970, quando o crescimento da renda pessoal nos EUA foi rápido e notavelmente igualitário.

Valendo-se da teoria política de Robert Dahl, Bartels (2008) contesta se realmente a democracia pluralista fundada nos EUA na década de 1950 poderia sobreviver diante de tamanha concentração de renda nas mãos dos cidadãos mais ricos, o que tem profundas implicações para a política democrática. Em termos aristotélicos, o sistema político dos EUA parece funcionar não como uma “democracia”, mas como uma “oligarquia” (Bartels, 2008).

Após essas considerações sobre o recrudescimento da desigualdade estadunidense no contexto do neoliberalismo, voltemos ao Plano Biden, que simboliza uma estratégia de desenvolvimento em meio ao acirramento da concorrência com a China no âmbito global.

A ênfase do Plano Biden incide sobre três dimensões estratégicas, quais sejam, ambiental, infraestrutura social e tributação dos mais aquinhoados.³ Em resposta às ações de Donald Trump, que através de seu “neoliberalismo hiper-reacionário” traiu os estratos brancos da classe trabalhadora (Fraser, 2020, p. 64) e isolou os EUA da temática ambiental, Biden providenciou o retorno dos EUA ao Acordo de Paris e delineou um planejamento para a transformação da infraestrutura rumo a uma economia de baixo carbono e transição para o transporte sustentável, o que abarca a fabricação de veículos elétricos. Ênfase é conferida ao “conteúdo nacional”, priorizando as corporações estadunidenses nas compras governamentais e a exigência de diversos requisitos para a concessão de incentivos. O governo procura atrair empresas situadas em outros países e pune a saída de capitais para investimentos externos (Azevedo, 2022, pp. 118-119).

A transição energética, como um elemento do Plano Biden, amplia o intervencionismo estatal na regulação da atividade produtiva, instituindo novas fontes de financiamento e alvos na gestão dos sistemas energéticos, o que contraria os interesses fortemente enraizados das corporações do setor energético, cuja matriz produtiva está alicerçada no emprego de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás. No entanto, a indústria automobilística está buscando se adaptar à transição energética, criando metas ambiciosas de produção de veículos elétricos e híbridos. Para alcançar a meta de uma economia de baixo carbono, os investimentos em infraestrutura são da ordem de US\$ 2,3 trilhões para obras públicas, concessão de crédito e incentivos para a conversão da infraestrutura do país (Azevedo, 2022, p. 120).

Com o propósito de incrementar o Estado de bem-estar social, o governo destinou US\$ 1,8 trilhão através do *American Families Plan*, que busca garantir a equidade racial, de

³ No limiar de novembro de 2021, a despeito das desavenças entre republicanos e democratas, 13 republicanos votaram favoravelmente a aprovação do orçamento de US\$ 1,2 trilhão para investimentos em infraestrutura. Entretanto, medidas voltadas para o enfrentamento da crise climática e o fortalecimento da rede de proteção social inda precisam ser votadas no Congresso (Ramos, 2022, Fevereiro 12).

gênero e amparar os setores mais pobres dos EUA. O programa enfatiza a economia do cuidado e políticas setoriais como licença maternidade remunerada, combate à violência doméstica, licença médica para trabalhadores, suporte aos desempregados, construção de creches, crédito educativo, subsídios para planos de saúde, redução de tributos sobre famílias em situação de pobreza (Azevedo, 2022, pp. 120-121).

No tocante à tributação, o Plano Biden busca reverter o aumento da desigualdade estadunidense, que, conforme já salientado, vem crescendo desde a década de 1970, com a concessão de privilégios tributários aos mais ricos. A reforma tributária consiste em: (1) elevar a alíquota do imposto de renda das empresas de 21% para 28% (ainda menor do que os 35% quando Donald Trump assumiu); (2) fixação de imposto mínimo de 15% sobre ganhos no exterior para evitar a fuga de capitais (em complemento, criar tributação internacional para cercear movimentos de capitais dessa natureza); (3) aumento da taxa de ganhos dos mais ricos, sobretudo os que ganham mais de US\$ 400 mil por ano (Azevedo, 2022, p. 120).

Medidas similares ao Plano Biden estão sendo replicadas em países como Alemanha, Bélgica, França, Itália, Reino Unido (Maringoni, 2022b, p. 52). Em face do avanço da automação industrial, conjugado a inovações (biotecnologia, neurociência, internet das coisas, 5G, nanotecnologia e energia limpa para despoluir o meio ambiente), delinea-se uma profunda alteração na base técnica do capitalismo. Tais métodos têm como cerne acelerar a produtividade do trabalho, eliminar empregos e aumentar a concorrência entre empresas (Belluzzo & Galípolo, 2021, p. 194). Ainda que buscando romper com a lógica draconiana da austeridade fiscal (que enxuga o Estado, corta gastos sociais e reproduz a falácia de que a ação do empreendedorismo privado atuará como elemento dinamizador da economia), os EUA mantêm a sua política imperialista de domínio territorial (econômico e cultural), bem como a submissão dos países pobres e de suas populações (Azevedo, 2022, p. 123).

Além de auxiliar no crescimento da taxa de sindicalização, o governo Biden caminha na direção da ruptura com o paradigma da austeridade fiscal, intervindo diretamente nos segmentos produtivos. Trata-se do caminho oposto à reação esboçada para o enfrentamento da crise financeira global de 2008, cuja prioridade era salvar os bancos, o que potencializou a financeirização da economia estadunidense. Portanto, caso a proposta seja aprovada em sua totalidade pelo Congresso, haverá uma profunda mudança institucional com relação à discussão acerca do déficit público e às visões de Estado mínimo, em consonância com as pesquisas de Resende (2020, 2022), que foram exploradas na seção 1 deste artigo. Em sua totalidade, os diversos componentes do Plano Biden injetam na economia dos EUA um volume monumental de recursos, da ordem de US\$ 7,3 trilhões, o que corresponde a cinco vezes o PIB do Brasil no ano de 2020 (Azevedo, 2022, p. 121).

Portanto, contrariamente ao dogma do livre mercado focalizado no indivíduo – repetido por pensadores renomados como Milton Friedman, Thomas Friedman, Fukuyama, Hayek, Huntington e Eugênio Gudín – o Estado exerce um papel central na promoção do desenvolvimento e da competitividade econômica. O exemplo da China é paradigmático nessa direção, bem como no enfrentamento ao unilateralismo dos EUA. A partir do final da década de 1970, as reformas institucionais de planificação econômica reduziram a pobreza em aproximadamente 850 milhões de pessoas, um avanço descomunal. A abertura comercial e a ação do capital estrangeiro foram controladas pelo Estado, assim como a política cambial e a taxa de juros (Paula & Jabbour, 2019). A emergência da pandemia impôs inúmeros desafios à operacionalização e sustentabilidade de estratégias nacionais de desenvolvimento com redução da extrema pobreza, tendo em vista a aceleração da ciência e da tecnologia, a financeirização crescente das economias políticas, alicerçadas em complexas integrações nas cadeias globais de valor, bem como no incremento da guerra comercial entre as duas grandes potências mundiais (Maringoni, 2022b, pp. 51-52).

Na contramão do Plano Biden – que contesta o receituário neoclássico e busca o aprimoramento da democracia e uma inserção mais competitiva nas cadeias de produção globais –, a próxima seção investiga o projeto de destruição orquestrado pelo bolsonarismo, que quer corroer os fundamentos da Constituição Federal, da democracia e da proteção social.

3. A estratégia bolsonarista de esvaziamento das políticas públicas: austeridade, incapacidade de planejamento e rendição ao fisiologismo do “Centrão”

A literatura especializada tem analisado a crise da democracia representativa global em todo o mundo. A ascensão de lideranças autoritárias pelo sufrágio universal tem sido provocada por elementos diversos, porém, convergentes: crise econômica, aumento do custo de vida, desemprego, desigualdade, desalento, expectativas frustradas com líderes políticos pregressos, aversão à diversidade, aos imigrantes e às minorias. Tais líderes contestam os resultados eleitorais, promovem ataques às instituições democráticas (como a Imprensa, o Congresso e o Judiciário) que asseguram o Estado Democrático de Direito, e aparelham as instituições com indivíduos afinados às suas políticas antidemocráticas e a seus interesses privados. Os governantes de perfil autocrático atacam os direitos humanos e promovem a radicalização de políticas de austeridade, como é o caso de Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (Brasil) e Rodrigo Duterte (Filipinas), desmontando legados institucionais de políticas públicas exitosas, canais de interação Estado/sociedade, conselhos de políticas públicas e mecanismos de participação social (Abranches, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020; Brown, 2019; Fraser, 2019; Levitsky & Ziblatt, 2018).

De forma não exaustiva, dada a profusão de eventos diários, cabe mencionar alguns fatores que evidenciam o desmoronamento da democracia brasileira sob o governo Bolsonaro. Um exemplo é o caso do filho do presidente e atualmente senador, Flávio Bolsonaro, que está envolvido em denúncias de corrupção e organização criminosa. Divulgada em novembro de 2020, a denúncia trata da prática de “rachadinhas”, isto é, o desvio de verbas públicas resultante de parte do salário de assessores parlamentares quando foi deputado estadual no Rio de Janeiro. Flávio Bolsonaro exonerou servidores que o investigaram, nomeou técnicos simpáticos à sua família e instrumentalizou órgãos da administração pública para seus interesses pessoais, como a Receita Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Gabinete de Segurança Institucional, para suprimir provas e inviabilizar as investigações (Bragon, 2022, Fevereiro 22).

No cenário pandêmico e de ataques perpetrados contra a ordem democrática e constitucional, o governo Bolsonaro poderia ter evitado boa parte das 700 mil mortes. O efeito desastroso de seu governo é similar à destruição insuflada por uma guerra (Couto, 2022, Janeiro 20). Trata-se de um processo de destruição deliberada de vidas por meio da gestão catastrófica da pandemia, sobretudo com a atuação do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde. Não custa reiterar que a sanha destrutiva se verifica no âmbito das instituições da democracia representativa, cujos alicerces repousam na Constituição Federal de 1988. Em consonância com a literatura supracitada, as seguintes evidências reforçam o argumento de erosão da democracia brasileira em virtude da adoção de uma lógica política autoritária, eleitoreira e imediatista:

1. A renúncia coletiva dos três oficiais das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), em razão da demissão do general Fernando Azevedo pelo Presidente Bolsonaro, gerando a maior crise militar desde 1977, quando o ministro do Exército, Sílvio Frota, foi demitido pelo general Ernesto Geisel. O general demitido Fernando Azevedo se opunha às pressões de Bolsonaro para conseguir apoio político nas Forças Armadas e à forma de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

2. A perseguição sistemática à imprensa, sobretudo com agressões físicas e xingamentos proferidos contra jornalistas, e a ofensa a profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), ambas perpetradas por simpatizantes ensandecidos do bolsonarismo.

3. Conflitos constantes do Executivo com governadores e prefeitos acerca das medidas de enfrentamento e controle da pandemia, levando à intervenção inédita do Judiciário nas relações intergovernamentais. Imbuído de uma postura negacionista, Bolsonaro rejeita as medidas de isolamento social, a vacinação e o fechamento do comércio, alegando impactos sobre a economia e pensando exclusivamente em sua reeleição. Tal fato constituiu profunda

mudança com relação ao federalismo inscrito na Constituição Federal, pautado na articulação, no diálogo e na cooperação.

4. O processo de militarização da burocracia federal e a atuação cada vez mais crescente dos militares na política, cujos exemplos são os pronunciamentos em defesa do golpe militar de 1964 e as ameaças à democracia. Isto implica o descumprimento de suas atribuições constitucionais de preservação da paz, da ordem, da hierarquia, sem intervenção no processo político. O movimento crescente de militares exercendo atribuições civis remonta a 2015, com um número de 1.783. No governo Temer, em 2018, esse montante foi elevado para 2.765. Sob o governo Bolsonaro, houve uma aceleração, pois, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a julho de 2020, 6.157 militares ocupavam cargos civis. Nesse mesmo ano, candidataram-se às eleições municipais 6.755 militares, o que representa, desde o processo de redemocratização, um contingente expressivo (Souza Neto, 2021, Julho 21).

5. O manifesto apoiado por 200 entidades empresariais pedindo harmonia entre os poderes, estabilidade institucional e o fim do clima de tensão, foi suspenso pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) por pressões do governo.

6. Os constantes ataques de Bolsonaro e de seu eleitorado fanático ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Congresso Nacional, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à legitimidade do processo eleitoral. São frequentes as declarações em defesa do AI-5 e da intervenção militar com Bolsonaro no poder.⁴

7. Com amplo suporte de apoiadores presentes na Avenida Paulista e em Brasília, financiados pelo poderoso segmento do agronegócio, Bolsonaro orquestrou uma tentativa de ruptura institucional no dia 07 de setembro de 2021, data comemorativa da Independência. No dia anterior, sem contenção da polícia militar, simpatizantes do governo defensores do “voto impresso e auditável” invadiram a Esplanada dos Ministérios. O objetivo era intimidar as instituições democráticas e mostrar uma alternativa em caso de derrota nas eleições de 2022. Não se sabe se o golpe, uma vez aplicado, teria exequibilidade política, apoio e sustentação.

8. De forma inédita, Bolsonaro contrariou a tradicional lista tríplice elaborada pelo Ministério Público Federal (MPF) e escolheu Augusto Aras para chefiar o Ministério Público. Desde então, o aparelhamento da Procuradoria Geral da República (PGR) tem sido facilitado pela atuação de Aras em defesa da família e de aliados de Bolsonaro, poupando e/ou adiando pedidos de apuração de crimes do Presidente, tais como o colapso sanitário em Manaus, a

⁴ Ao ser empossado como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Edson Fachin salientou o compromisso irrefutável com a verdade dos fatos, a respeito aos resultados das urnas e o caráter inegociável da democracia. Bolsonaro não compareceu à cerimônia (Marques, 2022, Fevereiro 22).

demora na entrega da vacina, a omissão durante a pandemia e prevaricação diante da irregularidade de contratos entre a empresa Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde.

Do ponto de vista do desmonte de políticas públicas, o governo Bolsonaro aprofundou e vem tentando radicalizar ainda mais as reformas de austeridade inscritas no documento "Uma Ponte para o Futuro", lançado em 2015, antes da ruptura oficial do MDB com o governo Dilma Rousseff. Com a concretização do golpe em 2016,⁵ levado a efeito pelo conspirador e traidor Michel Temer, as medidas draconianas desse documento foram aprovadas, como as reformas previdenciária e trabalhista, a terceirização e a Emenda Constitucional 95/2016. Em face de uma orientação liberal-conservadora que radicaliza as reformas pró-mercado da década de 1990, "o governo Bolsonaro põe o pé no acelerador do processo de destruição do Estado social que a Constituição de 1988 se propôs a erigir" (Paulani, 2022, p. 378).

A constitucionalização da austeridade fiscal teve efeitos devastadores sobre a economia e o tecido social. Em primeiro lugar, houve a desaceleração da economia e o aumento do desemprego. Segundo, com a reforma trabalhista, que impôs a primazia do negociado sobre o legislado e o contrato intermitente, a correlação de forças entre empresários e trabalhadores ficou amplamente desfavorável a este último grupo, sujeito a baixos salários, à precarização das condições de trabalho e o temor do desemprego. A lógica da austeridade incrementa a estrutura de acumulação do capitalismo financeiro, uma vez que aumenta o desemprego, retrai os salários e desmonta os serviços públicos. As famílias, como não conseguem arcar com os custos de alimentação, saúde, transporte, habitação, são submetidas a um processo de endividamento junto aos bancos, que se apropriam de grande parcela de sua renda, notabilizando o vínculo entre austeridade e financeirização.

Essa situação contrasta com o experimento desenvolvimentista brasileiro, em particular entre 2004 e 2014, quando as taxas de desemprego declinaram, bem como esteve em vigência a política de valorização do salário mínimo acima da produtividade. O crescimento da massa salarial e da renda convergiram para a redução das margens de lucro do empresariado. A emergência do conflito distributivo foi seguida de uma forte resistência dos capitalistas e rentistas, que se unificaram contra o governo Dilma Rousseff. A ex-mandatária não resistiu às pressões sistemáticas das "comunidades epistêmicas da austeridade fiscal" (empresariado, economistas ortodoxos, bancada parlamentar liberal-conservadora, grande mídia monopolista) e, em 2015, adotou uma política macroeconômica alicerçada na forte

⁵ Quanto à geopolítica subjacente aos interesses do capital financeiro representado pelos EUA, a relação entre o golpe de Estado de 2016 e a operação Lava Jato é muito próxima, na medida em que recriou formas diversas de instabilidade política/institucional e motivou a desarticulação da sociedade brasileira, contribuindo para restabelecer uma ordem mundial arcaica (Jabbour, Pinto & Dantas, 2022).

contração do gasto público, resultando na elevação substancial do desemprego e na queda dos salários (Deccache, 2022, pp. 189-191; Pinho, 2021).

O modelo bolsonarista encontra similaridade na ditadura de Augusto Pinochet, instaurada em 1973, quando o presidente democraticamente eleito, Salvador Allende, foi assassinado e na sequência imposto um duro programa de austeridade, perseguição e tortura de opositores ao regime de exceção. Na ocasião, inspirado pela Escola de Chicago, berço do neoliberalismo, o ditador Pinochet promoveu um corte expressivo de 27% dos gastos públicos, desregulamentou as relações de trabalho, entregou à iniciativa privada a previdência social e a saúde, abriu a economia para a penetração estrangeira, privatizou mais de 400 empresas, promoveu a demissão de funcionários públicos, dentre outros (Souza Neto, 2020, p. 150).

Ainda inspirado na ditadura de Pinochet, Bolsonaro tenta radicalizar e aprofundar a reforma trabalhista do governo de Michel Temer, em 2017, mas algumas de suas ações sofreram rejeição no Congresso Nacional. Merecem destaque nove iniciativas que evidenciam a primazia da lei do mais forte, a resiliência da mentalidade oligárquica da Primeira República e o completo afastamento das experiências de proteção dos trabalhadores forjadas em países desenvolvidos (como Alemanha e EUA): (1) a carteira "verde e amarela", sem os direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (2) a MP 905/2019, que, como versão piorada do "contrato de trabalho verde e amarelo", isentava o empregador de garantir parte dos direitos da CLT; (3) a liberação de trabalho aos domingos; (4) a abertura de banco de horas aos sábados; (5) a não consideração, como acidente de trabalho, daqueles que ocorrem no deslocamento entre sua moradia e o local de trabalho; (6) apropriação de 1/3 das gorjetas concedidas aos empregados; (7) a legalização do locaute; (8) a diminuição dos poderes da Justiça do Trabalho para mediar as relações entre capital e trabalho; (9) a proibição de reconhecimento de vínculo de emprego entre prestadores de serviço que usam aplicativos (Cunha, 2021, Dezembro 6; Pinho & Lanzara, 2021; Souza Neto, 2020).

Em notório repúdio aos sindicatos, Bolsonaro editou decretos para inviabilizar o desconto em folha de contribuições de natureza sindical e associativa. Nesse sentido, destacam-se a MP 873/2019, o Decretos 9.735/2019 e o Decreto 9.742/2019. Concebendo o empresariado como vítima do Estado que emperra a livre iniciativa, o governo Bolsonaro defenestra o intervencionismo estatal nas relações laborais para a proteção dos trabalhadores, cada vez mais sujeitos ao desemprego, à precariedade e informalidade. Bolsonaro incorpora um "princípio aristocrático" (Souza Neto, 2020, p. 148), que, além de simpático a uma versão radicalizada de neoliberalismo, é signatário de premissas do darwinismo social para a qual a proteção dos mais vulneráveis (negros, mulheres, povos indígenas, minorias étnicas e de gênero) viola as leis da natureza (Souza Neto, 2020, p. 148). Ademais, desde a campanha eleitoral de 2018, o futuro ministro da Economia Paulo Guedes defendia a necessidade de

desindexar, desobrigar e desvincular os gastos sociais de natureza constitucional (Souza Neto, 2020, pp. 152-154), aspecto que será examinado a seguir.

Como uma das medidas de intensificação da austeridade fiscal e de desmonte de direitos constitucionais sob o governo Bolsonaro, a PEC Emergencial (186), que foi apresentada ao Senado Federal, buscou instituir a austeridade fiscal como cláusula da Constituição Federal de 1988, configurando um verdadeiro estado de exceção. A medida consistia em reduzir salários e a carga horária de servidores públicos, inviabilizar concursos e vetar a concessão de reajustes salariais. Os serviços mais afetados seriam os de educação, saúde e assistência social, que abrigam grande parte dos servidores. Tamanho arrocho seria ampliado para prefeituras e governos estaduais, afetando gravemente a prestação de serviços e a garantia de direitos a população mais pobre (Paulani, 2022, p. 377).

Além da destruição de direitos sociais, das diversas estruturas institucionais, federativas e regulatórias de políticas públicas (meio ambiente, relações internacionais, cultura, educação, trabalho), e das tentativas de privatização do patrimônio público (Caixa Econômica Federal, Correios, Eletrobras, Petrobras), o governo Bolsonaro rendeu-se à lógica do fisiologismo político. Prometendo combater a velha política corrupta, “fuzilar a petralhada” e governar sem o apoio das agremiações partidárias e do Congresso,⁶ Bolsonaro adotou a prática do “toma lá, dá cá” para livrar-se do processo de impeachment e tentar a reeleição. Tendo em vista os diversos crimes cometidos durante a gestão da pandemia, que foram comprovados no relatório final de 1.288 páginas da Comissão Parlamentar de Inquérito,⁷ aprovado em 26/10/2021, o Presidente rendeu-se ao fisiologismo e pragmatismo do “Centrão”. Este, por sua vez, constitui o bloco de parlamentares ávidos por cargos estratégicos na burocracia federal, emendas parlamentares e verbas. Não manifesta e nunca manifestou preocupação com o combate à extrema pobreza, à desigualdade e à corrupção. Enquanto bloco suprapartidário de perfil de centro e centro-direita, o “Centrão” esteve nos governos de todos os presidentes pós-1988, como José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer.

De forma inédita desde a redemocratização em 1985, as evidências mostram que os parlamentares do “Centrão” se apoderaram do orçamento do Estado brasileiro para a satisfação de suas bases eleitorais, paroquiais, particularistas e imediatistas. O Presidente

⁶ Na campanha eleitoral de 2018, o futuro ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, declarou, associando os parlamentares do “Centrão” a laráprios, a seguinte frase: “Se gritar ‘pega centrão’, não fica um, meu irmão”. Já no governo Bolsonaro, nas negociações sobre o Orçamento impositivo, que destinaria R\$ 30 bilhões do total de R\$ 80 bilhões do Orçamento para o “Centrão”, o referido general, sem saber que estava sendo gravado, disse o seguinte: “Não podemos aceitar esses caras chantageando a gente. Foda-se.” (Trindade, 2020).

⁷ Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>.

Bolsonaro alocou os partidos que compõem o Centrão em postos como a Secretaria de Governo (PL), da Cidadania (PP) e na Casa Civil (Republicanos), o ministério mais proeminente da máquina do Estado brasileiro, que foi ocupado pela primeira vez por parlamentares desse bloco fisiológico apoiador de Bolsonaro.

Em 2020, foram instituídas as “emendas de relator”, com o objetivo de mobilizar recursos para as bases eleitorais através de negociações entre o Palácio do Planalto e apoiadores insulados no Congresso. Sem quaisquer mecanismos de transparência e publicidade em seu processo de alocação e distribuição, tais recursos financiam ações de baixa eficiência, fragmentados e voltados para obras. Tal modalidade predatória de apropriação privada do orçamento do Estado brasileiro para finalidades político-partidárias vem garantindo a sobrevivência do bolsonarismo, porém, com custos muito elevados para a sociedade brasileira (Tomazelli, 2022, Fevereiro 21). Como disseram os próprios militares, quando da saída do general Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa, não é factível comprar apoio do “Centrão”, mas somente alugá-lo. E o preço vem se mostrando cada vez mais caro.

Dados divulgados pelo jornal *O Globo* mostram que pelo menos 32 órgãos da burocracia federal são comandados por três partidos (PP, PL e Republicanos), que administram um orçamento de mais de R\$ 149,6 bilhões. Dentro do Ministério da Saúde (orçamento de R\$ 160 bilhões), o valor de quase R\$ 150 bilhões apropriado pelo “Centrão” supera o orçamento dos ministérios da Defesa (R\$ 116,3 bilhões) e da Educação (R\$ 137 bilhões) para o ano de 2022. Sem qualquer transparência, e de forma assimétrica, deputados e senadores receberam uma quantia equivalente a R\$ 901 milhões do “orçamento secreto”. No primeiro escalão, por exemplo, o Ministério da Cidadania é controlado pelo Republicanos, com um orçamento de R\$ 108,7 bilhões. Com orçamento de R\$ 37 bilhões, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do segundo escalão, é controlado por parlamentares do PP e do PL, que ocupam cargos de presidente e diretor, respectivamente. Como órgão do terceiro escalão, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é controlado pelo PL e possui um orçamento equivalente a R\$ 11,9 milhões (Dantas, Gullino, & Góes, 2022, Janeiro 24).

Em suma, o governo Bolsonaro não tem estratégia de desenvolvimento de longo prazo, mas prima pela completa falta de coordenação administrativa, operando numa lógica fiscalista, predatória, eleitoreira e imediatista. Não existe uma cultura de planejamento e gestão estratégica capaz de alavancar reformas estruturais conectadas ao aumento da competitividade, da produtividade e do dinamismo econômico. No projeto de destruição em curso, impera a incompetência e o despreparo. Viceja uma ideologia reacionária e arcaica, refratária à complexidade dos eventos do tempo presente, que ocorrem de forma intensa, veloz e exigem visão estratégica.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar comparativamente a estratégia do governo Joe Biden – exemplo de retomada do planejamento governamental após décadas de predomínio do receituário neoliberal que agravou as desigualdades – com a política de desfiguração da democracia e das políticas públicas orquestrada pelo governo Bolsonaro, que busca a todo custo manter-se no poder. A crise financeira global iniciada em 2008 e a atual crise econômica insuflada pela pandemia da Covid-19 colocaram em xeque o discurso em defesa da austeridade fiscal, estimulando o debate acadêmico entre economistas sobre o revigoramento do papel do Estado na promoção do investimento público. Instituições financeiras como o FMI e economistas de filiação neoclássica com distintas nacionalidades vêm efetuando uma revisão crítica dos cânones neoclássicos e chegaram ao consenso de que as reformas pró-mercado fracassaram na promessa de garantir o crescimento econômico com redução da desigualdade. Dada a soberania do Estado na gestão das políticas fiscal e monetária, defendem a necessidade de fomentar o investimento público em infraestrutura econômica e urbana/social para alavancar a produtividade econômica, a competitividade e o fortalecimento da rede de proteção social.

O governo Biden vem caminhando nessa direção, embora tenha enfrentado a resistência do Congresso dos EUA, que ainda não aprovou as reformas em sua totalidade. Conforme salientado, o plano trilionário de investimentos privilegia a remodelação da estrutura produtiva, a sustentabilidade socioambiental e a inclusão de grupos historicamente marginalizados da sociedade estadunidense (mulheres, negros, imigrantes). Na transição do “neoliberalismo reacionário” (Fraser, 2020) do governo de Donald Trump para a social-democracia do governo Joe Biden, delineou-se uma profunda mudança institucional, conforme ressaltado ao longo deste artigo. O Estado promoveu a reativação dos instrumentos de planejamento governamental de longo prazo, priorizando temas como meio ambiente, infraestrutura social, tributação dos mais abastados e o fortalecimento do Estado de bem-estar social. O Estado estadunidense tem sido poroso e responsivo às pautas de minorias (negros, mulheres, imigrantes), que se refletem na própria composição da estrutura burocrática e administrativa do governo Biden.

Como contraponto às políticas de austeridade do governo Bolsonaro, tem havido um importante debate acadêmico entre economistas de filiação heterodoxa (estruturalistas, keynesianos e pós-keynesianos) sobre a reativação da política fiscal como instrumento de reconstrução nacional, retomada do investimento público e do desenvolvimento. Uma política fiscal que, a partir de critérios de transparência, reverta o cenário de instabilidade econômica, encerre o orçamento secreto do “Centrão”, dê suporte aos setores vulneráveis (como

desempregados, trabalhadores informais e pequenos empreendedores), e aumente as transferências para os estados e municípios. A despeito das distintas tendências teórico-metodológicas, também está em pauta nesta comunidade epistêmica de economistas desenvolvimentistas o aperfeiçoamento da estrutura tributária (direta/indireta) e a revisão da reforma trabalhista, que precarizou as condições laborais e deteriorou a renda. Será imprescindível mudar as regras fiscais que aprisionam o Estado brasileiro para amparar os mais vulneráveis, pois não há garantia orçamentária de manutenção do Auxílio Brasil, dotado de viés eleitoreiro e de curto prazo. Para criá-lo, Bolsonaro extinguiu o Bolsa Família, o mais bem-sucedido programa de transferência de renda do mundo, respeitado internacionalmente (e que existia há 16 anos).

O Brasil caminhava na contramão do cenário internacional. Desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016, mas sobretudo desde a eleição de Jair Bolsonaro, as instituições democráticas estão sob ataque permanente. Com o ministro da Economia Paulo Guedes, o autocrata vem implementando uma agenda neoliberal radical de dissolução da armadura institucional de políticas públicas nas mais diversas áreas (trabalho, meio ambiente, relações exteriores, educação, assistência social, cultura, saúde). O resultado tem sido uma gradual deterioração das políticas sociais universais no Brasil.

Tal agenda neoliberal, em parte, está em fase de flexibilização para viabilizar as pretensões de reeleição do Presidente. Aferrado a uma visão de curto prazo (eleitoreira) e lutando a qualquer custo para se livrar do império da lei, dada a profusão de crimes cometidos em seu governo durante a gestão calamitosa da pandemia, Bolsonaro promove o aparelhamento das instituições de controle – Polícia Federal (PF), Procuradoria Geral da República (PGR), Ministério Público (MP), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) – e ataca os outros dois poderes republicanos: o Judiciário e o Legislativo.

Temendo perder as eleições de 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva (candidato das forças progressistas), Bolsonaro insulta a legitimidade do processo eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral. Ademais, embora na campanha eleitoral tenha prometido governar sem o Congresso, Bolsonaro fez um acordo de aluguel com Centrão, que representa o que há de mais atrasado, fisiológico, conservador e socialmente regressivo. Os partidos que compõem o Centrão se apoderaram do orçamento do Estado brasileiro para a satisfação de suas bases eleitorais, sem quaisquer mecanismos de transparência, controle democrático e visão estratégica de longo prazo. Uma apropriação dos recursos públicos sem precedentes desde a redemocratização, que obedece a uma lógica oportunista, fiscalista e seletiva. É urgente edificar uma ampla coalizão sociopolítica para derrotar o bolsonarismo, que passa também por mudar o perfil do Congresso, cuja maioria dos parlamentares é conservadora e reacionária desde a instauração da ditadura militar de 1964. Um Congresso renovado com parlamentares

identificados com os valores inegociáveis da democracia e dotados de força política para revogar as reformas regressivas. Congressistas defensores do meio ambiente, do combate à extrema pobreza e partidários de políticas macroeconômicas capazes de levar a efeito uma estratégia de desenvolvimento assentada na retomada da industrialização vinculada à democratização do mercado interno de consumo de massas.

Dentre os diversos desafios da futura coalizão política progressista na revitalização do projeto nacional de desenvolvimento convém apontar a urgência de promover a reconstrução das cadeias produtivas destruídas pela Operação Lava Jato e recompor integralmente o papel do sistema financeiro nacional e da Petrobrás em um projeto atrelado à geração de milhões de postos de trabalho (Jabbour, Pinto, & Dantas, 2022, p. 19). Para além de levar a efeito políticas de transferência de renda aos mais vulneráveis, o Estado brasileiro precisa retomar as capacidades estatais de planejamento estratégico de longo prazo, criando um arranjo tributário progressivo, reparando as falhas de mercado e fortalecendo serviços públicos de cultura, saúde, educação, seguridade social, ciência e tecnologia, investimentos públicos e inserção soberana na divisão internacional do trabalho (Paulani, 2022, p. 372; Pinho, 2019).

Referências

- Abranches, S. (2020), *O tempo dos governantes incidentais*. Companhia das Letras.
- Alesina, A., Favero, C., & Giavazzi, F. (2012), *The output effect of fiscal consolidations*. [Working Paper, n. 18336], National Bureau of Economic Research. <https://www.nber.org/papers/w18336>
- Alesina, A., & Perotti, R. (1995). Fiscal expansions and adjustments in OCDE countries. *Economic Policy*, 10(21), 205-248. <https://doi.org/10.2307/1344590>
- Azevedo, J. S. G de. (2022), Estado e desenvolvimento: EUA, China e algumas experiências históricas. In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 93-126). Contracorrente.
- Bartels, L. (2008), *Unequal democracy: The political economy of the New Gilded Age*. Russel Sage Foundation; Princeton University Press.
- Bastos, P. P. Z., & Belluzzo, L. G. (2019). Uma crítica aos pressupostos do ajuste econômico. In M. Lisboa & S. Pessôa (Orgs.), *O valor das ideias: debate em tempos turbulentos* (pp. 432-449). Companhia das Letras.
- Belluzzo, L. G., & Galípolo, G. (2021), *Dinheiro: o poder da abstração real*. Contracorrente.
- Bragon, R. (2022, Fevereiro 22). Flávio Bolsonaro mobilizou Receita contra caso da "rachadinha", mostram documentos inéditos. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/flavio-bolsonaro-mobilizou-receita-contra-caso-da-rachadinha-mostram-documentos-ineditos.shtml>

Bresser-Pereira, L. C. (2009), *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Elsevier.

Bresser-Pereira, L. C. (2007). Novo Desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In E. Diniz (Org.), *Globalização, estado e desenvolvimento* (pp. 63-96). FGV Editora.

Bresser-Pereira, L. C. (2005). Proposta de desenvolvimento para o Brasil. In J. Sicsú, L. F. de Paula, & R. Michel (Orgs.), *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social* (pp. 133-144). Fundação Konrad Adenauer.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Editora Filosófica Politeia.

Chang, H.-J. (2004). *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Editora UNESP.

Couto, C. (2022, Fevereiro 21). Qual o tamanho do estrago bolsonaresco? *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fora-da-politica/qual-o-tamanho-do-estrago-bolsonaresco/>

Cunha, J. (2021, Dezembro 6). Centrais sindicais repudiam estudos para mudança de leis trabalhistas. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/12/centrais-sindicais-repudiam-estudos-para-mudanca-de-leis-trabalhistas.shtml>

Dantas, D, Gullino, D., & Góes, B. (2022, Janeiro 24). Três partidos do Centrão controlam mais de R\$ 149,6 bilhões do governo Bolsonaro. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/politica/tres-partidos-do-centrao-controlam-mais-de-1496-bilhoes-do-governo-bolsonaro-1-25365038>

Deccache, D. (2022). Se o dinheiro não acabou, por que a austeridade fiscal? In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 175-194). Contracorrente.

Fraser, N. (2019). Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. In H. Geiselberger (Org.), *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los* (pp. 77-89). Estação Liberdade.

Fraser, N. (2020). *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Autonomia Literária.

Gala, P., & Roncaglia, A. (2022), O desafio da política industrial em tempos de pandemia. In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 423-448). Contracorrente.

Jabbour, E., Pinto, E. C., & Dantas, A. (2022). *Notas sobre a reconstrução do Brasil*. [Texto para Discussão, n. 5], Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_005_2022_JABBOUR_PINTO_DANTAS.pdf

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.

Maringoni, G. (2022a). Introdução: O eterno retorno daquele que nunca saiu de cena. In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 19-27). Contracorrente.

Maringoni, G. (2022b). O Estado, agendas e disputas políticas. In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 31-56). Contracorrente.

Marques, J. (2022, Fevereiro 22). "Fachin manda recados a Bolsonaro em posse no TSE e cobra respeito às urnas". *Folha de S. Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/fachin-manda-recados-a-bolsonaro-em-posse-no-tse-e-diz-que-democracia-e-inegociavel.shtml>

Mouk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Companhia das Letras.

Oreiro, J. L., & Gala, P. (2019). O núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos na economia. In M. Lisboa & S. Pessôa (Orgs.), *O valor das ideias: debate em tempos turbulentos* (pp. 426-431). Companhia das Letras.

Ostry, J., Loungani, P., & Furceri, D. (2016). Neoliberalism: oversold? *Finance and Development*, 53(2), 38-41. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>

Oxford Committe for Famine Relief – OXFAM (2022). *A desigualdade mata*.
<https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>

Paula, L. F. de., & Jabbour, E. M. K. (2019). Texto rebate críticas aos economistas heterodoxos de Lisboa e Pessôa. In M. Lisboa & S. Pessôa (Orgs.), *O valor das ideias: debate em tempos turbulentos* (pp. 414-425). Companhia das Letras.

Paulani, L. M. (2022). Choque neoliberal, fascismo cultural e pandemia: a destruição do Estado no Brasil. In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 357-382). Contracorrente.

Pinho, C. E. S., & Lanzara, A. P. (2021), Democracia vilipendiada, privatização e desmonte de políticas públicas sob o governo Bolsonaro. [Cadernos da Reforma Administrativa, n. 30], Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. <https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2021/12/RA-%E2%80%93-CADERNO-30-%E2%80%93-FONACATE.pdf>

Pinho, C. E. S. (2019). *Planejamento estratégico governamental no Brasil: autoritarismo e democracia (1930-2016)*. Appris.

Pinho, C. E. S. (2021). Estado de bem-estar social e "comunidades epistêmicas da austeridade fiscal" no Brasil: de Lula da Silva a Jair Bolsonaro (2003-2020). *Sociedade e Estado*, 36(1), 195-216. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136010010>

Piketty, T. (2020), *Capital e ideologia*. Intrínseca.

Polanyi, K. (2000), *A grande transformação: as origens de nossa época*. Campus.

Przeworski, A. (2020). *Crises da democracia*. Zahar.

Ramos, J. M. (2022, Fevereiro 12). Um ano da posse de Joe Biden. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2022/02/um-ano-da-posse-de-joe-biden.shtml>

Resende, A. L. (2020). *Consenso e contrassenso: por uma economia não dogmática*. Portfolio-Penguin.

Resende, A. L. (2022), Moeda é dívida pública. In G. Maringoni (Org.), *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque* (pp. 165-174). Contracorrente.

Roncaglia, A., & Barbosa, N. (2021), Introdução. In A. Roncaglia de C., & N. Barbosa (Orgs.), *Bidenomics nos trópicos* (pp. 07-17). FGV Editora.

Souza Neto, C. P. de (2020). *Democracia em crise no Brasil: valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional*. Contracorrente; Editora da UERJ.

Souza Neto, C. P. de (2021, Julho 21). Democracia e poder militar. *O Estado de S. Paulo*. <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/democracia-e-poder-militar/>

Stiglitz, J. E. (2010). *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. Companhia das Letras.

Tomazelli, I. (2022, Fevereiro 21). Gastos do orçamento de anos anteriores crescem com emendas do relator. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/gastos-do-orcamento-de-anos-anteriores-crescem-com-emendas-do-relator.shtml>

Trindade, N. (2020, Fevereiro 19). Heleno sugere a Bolsonaro enfrentar a chantagem do Congresso, mas Presidente pede cautela. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/brasil/heleno-sugere-bolsonaro-enfrentar-chantagem-do-congresso-mas-presidente-pede-cautela-ouca-audio-24257438>

Recebido em 23 de maio de 2022.

Aprovado em 27 de julho de 2022.